

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA A - POLITÉCNICA

Instituto Superior de Humanidades, Ciências e Tecnologias

Psicologia Clínica e de Aconselhamento

**Consequências Psicossociais do Casamento Prematuro em
Raparigas de 12 à 17 Anos de Idade, Vila do Distrito de Inhassunge
de 2023 à 2024, Província da Zambézia**

Luísa Luís Morais

Quelimane

2025

Luísa Luís Morais

Consequências Psicossociais do Casamento Prematuro em Raparigas de 12 à 17 Anos de Idade, Vila do Distrito de Inhassunge de 2023 à 2024, Província da Zambézia

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Humanidades, Ciências e Tecnologias, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Tutor: Msc. Adolfo Pedro Gomes

Quelimane

2025

Com os mais profundos
reconhecimentos, dedico este meu
trabalho aos meus pais, fontes de
inspiração e aos meus filhos, pois
sem eles não seria fácil atingir os
meus sonhos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me guiado durante o percurso dos meus estudos e por ter permitido que chegasse ao fim da jornada académica, por que ele tem sido o nosso maior protector nos momentos difíceis.

Igualmente dirijo os meus sinceros agradecimentos ao meu Tutor Msc Adolfo Gomes, por ter paciência em me acompanhar desde o princípio do meu trabalho académico, pese embora, a tamanha agenda diária que tem observado. Muito obrigada.

A minha família que não poupo esforços que durante as minhas ausências, aceitasse cuidar dos meus filhos, oferecendo-lhe carinhos, que estavam a precisar dia-a-dia, vão os meus agradecimentos.

Os meus agradecimentos são extensivos as raparigas, e autoridades comunitárias da Vila de Inhassunge, que não pouparam esforços para prestar-me as informações da pesquisa sobre o tema consequências psicossociais do casamento prematuro em raparigas de 12 à 17 anos de idade, Vila do Distrito de Inhassunge de 2023 à 2024, Província da Zambézia.

Agradeço também aos pais e encarregados de educação que se disponibilizaram informações sobre as raparigas.

Resumo

A presente monografia tem como tema: Consequências psicossociais do casamento prematuro em raparigas de 12 à 17 anos de idade, Vila do Distrito de Inhassunge de 2023 à 2024, Província da Zambézia. O problema identificado é que as uniões prematuras trazem consequências psicossociais em raparigas/adolescentes, na Vila do Distrito de Inhassunge. O casamento prematuro, refere-se ao casamento de indivíduos que não atingiram a idade mínima legal para o casamento. Para efeitos, definiu-se como objetivos: geral - Entender as consequências psicossociais do casamento prematuro, em raparigas de 12 à 17 anos de idade na Vila de Inhassunge e específicos - Identificar a forma como os casamentos prematuros influenciam ao abandono escolar em raparigas de 12 a 17 anos de idade; Indicar as consequências de casamento prematuro na vida; Descrever as estratégias de prevenção de casamento prematuros. O estudo teve como foco de amostra 10 participantes, designadamente, 5 raparigas com casos de casamentos prematuros, 3 profissionais de saúde e 2 líderes comunitários. A classificação da pesquisa foi descritiva com uma abordagem qualitativa, baseada num estudo de caso. A técnica usada foi entrevista semi-estruturada sustentada pela revisão bibliográfica. Para enquadramento dos dados, o estudo apoiou-se na teoria de representações sociais de Moscovici, segundo a qual as representações sociais, no contexto de casamentos prematuros, caracterizam-se por uma carga simbólica demandada pela aquisição do estatuto de adultos. Com base nos resultados, sobre o envolvimento de raparigas de 12 à 17 anos, na Vila do Distrito de Inhassunge em casamentos prematuros, conclui que, as suas consequências associam-se ao alto nível de pobreza, baixa escolaridade, morte de progenitores, ainda a imposição dos pais para as raparigas casarem cedo, por acharem que já tinham idade para tal ou, a alegação de não possuírem condições matérias de sustento. Para o efeito, o estudo sugere que a luta contra o casamento precoce envolva a promoção da educação, a consciencialização sobre os direitos humanos e o fortalecimento de políticas que protejam os direitos das raparigas e garantam oportunidades para um desenvolvimento saudável e autónomo.

Palavras-chave: Consequências Psicossociais, uniões prematuras, Raparigas, Inhassunge Vila.

Abstract

The study is a monograph for the end of the degree course in Clinical and Counseling Psychology that discusses: psychosocial consequences of early marriage in girls aged 12 to 17 in the Village of Inhassunge District 2023 to 2024, Zambézia Province. The problem identified is that early unions bring psychosocial consequences to girls/adolescents in the Village of Inhassunge District. Early marriage refers to the marriage of individuals who have not reached the minimum legal age for marriage. For these purposes, defining the following objectives: general - To understand the psychosocial consequences of early marriage in girls aged 12 to 17 in the Village of Inhassunge specific - To identify how early marriages influence school dropout in girls aged 12 to 17; To indicate the consequences of early marriage in life; To describe strategies for preventing early marriage. The study focused on a sample of 10 participants, namely, 5 girls with studied cases, 3 health professionals and 2 community leaders, out of a universe of 35. This was a descriptive research with a qualitative approach, based on a case study. The technique used was a semi-structured interview supported by a bibliographic review. To frame the data, the study was based on Moscovici's theory of social representations, according to which social representations, in the context of early marriages, have a symbolic charge required by the acquisition of adult status, regardless of the physiological age of the young person; female initiation consolidates knowledge that constructs gender identity and discriminated sexual identities that translate, at an individual level, into the preparation of gender roles for married life. Based on the results, on the involvement of girls aged 12 to 17, in the village of the District of in early marriages, it is concluded that their consequences are associated with the high level of poverty, low education, death of parents, and also the imposition of parents on girls who married early, because they thought they were already old enough to do so or, the claim of not having the material conditions to support themselves. To this end, the study suggests that the fight against early marriage involves promoting education, raising awareness of human rights and strengthening policies that protect girls' rights and guarantee opportunities for healthy and independent development.

Keywords: Psychosocial consequences, early unions, Girls, Inhassunge Vila.

Sumário

Capítulo I.....	4
1.Introdução.....	4
Capítulo II.....	8
2. Revisão da Literatura.....	8
2.1. Marco Conceptual	8
2.1.1 Casamento	8
2.1.2 Casamento prematuro.....	8
2.1.3 Consequências psicossociais	9
2.1.4 Pré-adolescente.....	9
2.1.5 Adolescente	9
2.2 Desenvolvimento Circunstancial.....	10
2.2.1 Casamento prematuro e seu impacto.....	10
2.2.2 Causas do casamento prematuro	11
2.2.3 Consequências psicológicas de casamento prematuro	12
2.3 Marco Teórico	13
2.3.1 Teoria de Base.....	13
2.3.2 Teoria de Representações Sociais de Moscovici.....	13
2.3.3 Casamento prematuro no contexto de representações sociais.....	13
2.4 Marco Referencial	14
2.4.1 Casamento prematuro uma abordagem moçambicana.....	14
2.4.2 Causas e consequências do casamento infantil no Brasil.....	14
2.4.3 Consequências da gravidez precoce em Nampula	15
2.4.4 Mutilação Genital Feminina vs Ritos de Iniciação	15
2.4.5 Casamentos precoces em Angola.....	16
Capítulo III	17
3. Metodologia	17
3.1 Tipo de Pesquisa.....	17
3.1.1 Quanto a abordagem.....	17
3.1.2 Quanto aos objetivos	17
3.1.3 Quanto a natureza.....	17
3.1.4 Quanto aos procedimentos	17
3.2 População e Amostra.....	18

3.2.1 População	18
3.2.2 Amostra	18
3.2.3 Tipo de amostragem	18
3.3 Técnicas e Instrumentos de colecta dos dados	18
3.3.1 Entrevista.....	18
3.3.2 Questionário	18
3.3.3 Observação	19
3.4 Procedimentos Administrativos de Seleccção de Amostra.....	19
3.5. Tipo de Amostragem.....	19
3.5.1 Critérios de inclusão e exclusão	19
3.5.2 Variáveis sócio-demográficas	20
3.5.3 Variáveis de estudo	20
3.6 Processamentos, análise e interpretação dos dados.....	20
3.7 Procedimentos e considerações éticos.....	20
Capítulo IV.....	21
4. Apresentação dos dados recolhidos.....	21
4.1 Características sócio-demográficas de raparigas da pesquisa	21
4.2 Características sócio-demográficas Profissionais de saúde	22
4.3 Características sócio-demográficas das autoridades Comunitárias.....	22
Capítulo V	28
5. Discussão dos resultados	28
Capítulo VI.....	31
6. Conclusão	31
Referências Bibliográficas	33
Apêndice.....	35
Anexos	40

Listas de Siglas

OMS - Organização Mundial da Saúde

WHO - World Health Organization

PAR - Programa Acção para a Rapariga

CP – Casamentos Prematuros

MGF - Mutilação Genital Feminina

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Criança e Educação

INAC - Instituto Nacional da Criança

UNFPA - Agência das Nações Unidas para a Saúde Sexual e Reprodutiva

Quando a luta do homem começa dentro de si mesmo ele tem algum valor (Browning, inglês, 1837-1923)

Capítulo I

1. Introdução

O estudo é uma monografia do fim do curso de licenciatura em Psicologia Clínica e de Aconselhamento que discute: consequências psicossociais do casamento prematuro em raparigas de 12 a 17 Anos de idade na Vila do Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia.

Casamento, para qualquer indivíduo é uma tomada de decisão extremamente importante, já que este assumirá responsabilidades e compromissos não só para si, mas também para seu parceiro, onde ambos, normalmente, buscam um objectivo em comum que é a formação de uma família, portanto, é um momento da vida que traz diversas mudanças para o casal.

O casamento prematuro, objecto deste estudo, também conhecido como casamento infantil ou precoce, refere-se ao casamento de indivíduos que não atingiram a idade mínima legal para o casamento, ou que são considerados imaturos para assumir as responsabilidades e compromissos que o casamento exige. Em muitos países, o casamento é considerado prematuro quando ocorre antes dos 18 anos, embora a idade mínima possa variar dependendo da legislação local.

Estudos realizados indicam que casamento prematuro, considera-se de uma união prematura ou junção de duas pessoas, com a finalidade de constituir família, sendo ambas ou uma delas menor de 18 anos. Entretanto, essas uniões não são como casamentos, mas simplesmente como uniões prematuras, porque, afinal, não chegam a ser casamentos no sentido rigoroso do termo: uma união voluntária, consentida, entre duas pessoas adultas.

Os fenómenos apontados influenciam de forma negativas as raparigas, aquém, em grávidas precocemente, deixa de ter acesso a educação, aumentados sobremaneira os riscos de mortalidade materna infantil. A pressão económica exercida sobre os agregados familiar mais pobres e as práticas socioculturais prevalecentes, continuam a conduzir as famílias a casarem as suas filhas cada vez mais cedo, quando as raparigas ainda não atingiram maturidade suficiente para o casamento e para gravidez ou para assumirem a responsabilidade para serem esposas e mães.

Com vista a corporizar o tema em apresso, foi levantado como problema de pesquisa: Quais são as causas que induzem as raparigas de 12 a 17 anos a iniciar uniões prematuras, na Vila do Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia.

Para consubstanciar o problema acima apontado foram levantadas as seguintes perguntas de investigação: Quais são os riscos psicossociais que os casamentos prematuros trazem na vida das raparigas de 12 à 17 na Vila de Inhassuge? Quais são as causas que induzem a promoção de casamentos prematuros nas comunidades da Vila de Inhassuge? Que estratégias podem ser elaboradas para desencorajar aos pais ou educadores na pratica de casamentos prematuros?

O casamento infantil é prematuro, pois o início da vida conjugal é problemático para as meninas e adolescentes pois concorre a violação de outros direitos, como a educação. Nesta perspectiva, surgiu a necessidade de definir seguintes objetivos; geral - Entender as consequências psicossociais do casamento prematuro, em raparigas de 12 aos 17 anos de idade na Vila de Inhassunge específicos - Identificar a forma que os casamentos prematuros influenciam ao abandono escolar em raparigas de 12 à 17 anos de idade na Vila de Inhassunge; Indicar as consequências de casamento prematuro na vida das raparigas; Descrever as estratégias de prevenção de casamento prematuros.

A escolha do tema surge da necessidade de discutir as causas e efeitos psicossociais que representam na vida das raparigas sujeitas aos casamentos prematuros, mormente, os riscos que correm na componente saúde mental.

A motivação para a realização deste estudo, foi por entender que o fenómeno contribui de forma significativa no abandono de raparigas a escola, comprometendo assim o futuro das raparigas e desenvolvimento do país.

Os factores acima apontados, levam a acreditar que o presente estudo poderá contribuir na produção de conhecimentos para os diferentes actores da sociedade a perceberem a dimensão sócio-económica do problema, para assim desenhar politicas estratégias para a sua resolução.

Na componente académica, servirá de base de informação, de consulta para os que estiverem interesses em apropria conhecimentos relacionados com casamentos prematuros.

Perfazendo o discurso de um filósofo contemporâneo, sobre casamento, faz lembrar que “Nascimento, Casamento e Morte são os três principais eventos na vida da maioria dos seres humanos. Mas apenas um deles, o casamento, é determinado por uma escolha. Não se decide

quando nascer, e nem quando morrer, mas é possível decidir quando casar”. O direito de exercer essa escolha foi reconhecido pela lei já em tempos romanos, e tem sido desde há muito tempo consagrado nos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos e sucessivamente em cada país que o adopte.

Neste contexto, é possível ainda verificar, que muitos adolescentes tem sido forçados a se casarem sem serem capazes de exercerem o seu direito de escolha, deixando assim de poder escolher uma das coisas mais importantes na sua vida. Tal acto representa uma agressiva violação dos direitos humanos e constitui-se como um crime tanto para os pais que dão os seus filhos e filhas em casamento, como para, em muitos casos, os adultos que os/as recebem em casamento.

De acordo com o estudo, as consequências mais directas do casamento prematuro são a gravidez precoce, o abandono escolar e a perpetuação do ciclo de dominação e reprodução das desigualdades de género. As meninas são afectadas pela intensificação do trabalho doméstico e com a entrada precária ou tardia no mercado de trabalho. Outras consequências são a violência doméstica, o despreparo emocional e psíquico, a perda de liberdade e mobilidade e a limitação dos projectos de vida.

Os casamentos prematuros influenciam de forma negativas as raparigas, aquém, em grávidas precocemente, deixam de ter acesso a educação, aumentando sobremaneira os riscos de mortalidade materna infantil. A pressão económica exercida sobre os agregados familiar mais pobres e as práticas socioculturais prevalecentes, continuam a conduzir as famílias a casarem as suas filhas cada vez mais cedo, quando as raparigas ainda não atingiram maturidade suficiente para o casamento e para gravidez ou para assumirem a responsabilidade para serem esposas e mães.

A maior parte das desistências escolares estão ligadas a gravidez precoce nas raparigas, numa fase do seu desenvolvimento físico e emocional em que elas ainda não se encontram preparadas para gerar uma ciência com consequências bastante sérias para a sua saúde e para a sobrevivência dos seus filhos.

O estudo foi realizado no período compreendido entre 2º Semestre de 2023 e 1º Semestre de 2024, na Vila de Inhassunge. O Distrito de Inhassunge fica localizado ao Sul da Província da Zambézia, com uma área de 745 km² e uma densidade de 141 Hab/Km². Faz limite ao norte com a Cidade de Quelimane e Distrito de Nicoadala através do rio dos Bons Sinais; ao Sul,

Distrito de Chinde; Este, com Oceano Indico; Oeste, Distrito de Mopeia. Dista de Inhassunge a Quelimane 18 Km.

O trabalho apresenta seguinte estrutura: Capítulo I – Introdução; Capítulo II – Revisão da Literatura; Capítulo III – Metodologia; Capítulo IV – Apresentação, leitura e Interpretação dos dados colectados; Capítulo V – Faz a análise e explicação dos resultados observados; Capítulo VI – Faz conclusão e apresenta sugestões.

Capítulo II

2. Revisão da Literatura

2.1. Marco Conceptual

2.1.1 Casamento

Segundo Rosc (2019:22), Casamento é “a união voluntaria e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir uma família, mediante comunhão plena de vida.”

Para Fernandes (2015), casamento é “uma espécie de união ou a coabitação entre uma mulher e um homem e tem em conta a idade da primeira coabitação”.

Entende-se por casamento, uma união voluntária, por um lado, é um exercício de confiança, onde se encontra presente o factor paciência, compreensão e amor. Assim, o que define um relacionamento bem-sucedido é a capacidade e a disposição de superar as dificuldades e buscarem o amadurecimento emocional juntos, (UNICEF e UNFPA, 2016) .

As definições apresentadas permitem perceber que existe um factor comum entre elas, onde se defende que o principal pressuposto para o casamento é o consentimento entre as partes envolvidas, o que vem estabelecer a voluntariedade no acto, portanto, as definições não consideram como casamento as uniões que não apresentam como principal princípio a voluntariedade entre as partes

2.1.2 Casamento prematuro

O casamento prematuro ou precoce, refere-se ao casamento de indivíduos que não atingiram a idade mínima legal para o casamento, ou que são considerados imaturos para assumir as responsabilidades e compromissos que o casamento exige. Em muitos países, o casamento é considerado prematuro quando ocorre antes dos 18 anos, embora a idade mínima possa variar dependendo da legislação local, (Cardoso, 2012).

Segundo Fernandes (2015), o casamento prematuro é:

um acto onde uma rapariga é submetida a uma união forçada quando tem menos de 18 anos. Geralmente, esse tipo de casamento acontece entre uma menina e um homem mais velho. Também pode acontecer entre uma menina e um menino. Mas o efeito do casamento prematuro é muito maior nas meninas do que nos meninos.

Face as definições supras, entende-se que o casamento prematuro é uma das piores formas de violência contra meninas em geral, na sociedade moçambicana, em particular, onde mais da metade das meninas tem ou tiveram casos de “casar” antes da idade legal, ou seja, antes de 18 anos.

2.1.3 Consequências psicossociais

Casamentos precoces, definidos como uniões antes dos 18 anos, têm implicações psicossociais significativas tanto para as pessoas envolvidas quanto para a sociedade como um todo, (Cardoso 2014:45).

Neste contexto o casamento precoce, mesmo a causa da imaturidade de um ou de ambos os parceiros, provoca consequências, que podem por em risco não somente o direito a felicidade no seio da família e da sociedade de cada pessoa, como também a vida da parte mais vulnerável no casamento e da sua descendência. A seguir podem ser identificadas as principais.

O conceito consequência psicossocial começou a ser explorado, devido à concepção de que os efeitos do trauma podem desafiar os sistemas de crenças dos indivíduos relacionados com a atribuição de significado, assim como podem criar mudanças ao nível da visão do mundo, das relações interpessoais e das concepções de si mesmo, (Wilson & Keane, 2004).

Para Tedeschi e Calhoun (2004:45) explica que este conceito dar-se-ia o nome de crescimento pós-traumático. Embora uma conotação positiva esteja associada a este conceito, é necessário algum grau de sofrimento, não só para iniciar o processo de crescimento, como também posteriormente, de maneira a manter e a aumentá-lo.

2.1.4 Pré-adolescente

De acordo com Barros (2017:106), a pré-adolescência “é uma de desenvolvimento intermédia entre a infância e adolescência que vai dos 10 a 14 anos de idade, dependente das circunstâncias e o lugar onde os indivíduos vivem”.

2.1.5 Adolescente

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência como a fase compreendida entre 12 e 20 anos de idade. A fase varia, no entanto, em função de diferentes factores, nomeadamente, clima, etnia, ambiente social, regime alimentar e ainda através dos tempos.

A adolescência pode ser entendida como um processo de desenvolvimento que faz surgir uma serie de características denominadas por síndrome normal da adolescência, que indicam

desequilíbrios e instabilidades extremas, flutuação de identidade e humor, mudanças no corpo, na imagem que tem do corpo e na personalidade, ansiedade e conflito (Aberastury e Knobel, 1981:24).

Neste contexto, pode-se concluir que as definições que apresentam Aberastury e Knobel se enquadram com o estudo, pois que a adolescência, na verdade, é um momento de transição da infância para a maturidade, portanto, momento especial e é durante esta fase que acontecem os conflitos e questionamentos, crises, incertezas, dúvidas, onde as atitudes tomam uma nova orientação.

2.2 Desenvolvimento Circunstancial

2.2.1 Casamento prematuro e seu impacto

O Casamento Prematuro tem tido um impacto devastador na saúde, educação, mortalidade materna e infantil, segurança e demais direitos de milhares de crianças, em particular, raparigas. E pode-se afirmar que esta é uma prática que deve ser eliminada, pois resulta em danos físicos, mentais e emocionais graves para as raparigas, (Arthur et al, 2010).

É de salientar que o impacto não se restringe ao nível individual mas também social em geral, pois o casamento prematuro contribui negativamente para o alcance do desenvolvimento do país na medida em que compromete as estratégias e políticas para a redução da pobreza, limitando cada vez mais, a participação da camada mais jovem no combate a pobreza.

A nível individual, o casamento prematuro é uma violação do gozo dos direitos humanos da criança, em particular da rapariga. As consequências que advêm após o casamento podem ser, o abandono da escola e a separação da criança do seu meio familiar. Estes dois factores podem ser determinantes para o fracasso no futuro, seja a falta de um emprego digno, assim como a falta de cuidados por parte da família de origem.

Condiciona directamente a maternidade precoce, que tem um impacto na saúde, educação e desenvolvimento da mãe e do bebé. De acordo com o Unicef (2015), a nível nacional, os filhos de mães adolescentes estão mais propensas a terem filhos desnutridos em relação a mulheres na faixa etária dos 20 anos. Da mesma forma, estão mais propensos à mortalidade infantil, devido aos problemas que as mães enfrentam durante o parto.

Segundo UNICEF (2016) o casamento prematuro constitui uma das razões que contribuem para a desistência escolar precoce da rapariga no ensino primário, e este facto tem

consequências em cadeia, tais como, a maternidade infantil, analfabetismo feminino e perda de oportunidades no mercado de emprego por falta de competências profissionais.

O casamento prematuro não só compromete o futuro da menina envolvida, como também constitui um grave problema de saúde pública. E, as possíveis consequências são infecções por HIV, abortos espontâneos ou provocados, anemia, depressão infantil, bem como fistula obstétrica (Bassiano, et al 2018).

2.2.2 Causas do casamento prematuro

De acordo com Siteo, (2017:45), as causas da ocorrência dos casamentos prematuros são vários, destacando-se, a pobreza, os factores socioculturais, especialmente os ritos de iniciação e a orfandade e a fraca difusão da legislação e das políticas públicas que protegem crianças contra.

O autor acima citado considera a pobreza como sendo o principal determinante para o surgimento de casamentos prematuros, pois, alguns pais promovem a ideia de suas filhas menores de 18 anos deixarem de frequentar o ensino primário para se casarem, normalmente, com um homem adulto, na perspectiva de obter um rendimento para as famílias e, esse género poderá aliviar as despesas, do seu agregado familiar.

Cardoso, (2012:32), entretanto, apresenta, como causas do casamento prematuro:

a pressão económica exercida sobre os agregados mais pobres e as práticas sociais e culturais prevaletentes, a falta de perspectivas de futuro, adolescente que pensa ser uma pessoa adulta e por isso já quer ter o seu próprio parceiro (sexual), entre outros.

Segundo Huggins, (2018), os factores conduzem as famílias a casarem as suas filhas cada vez mais cedo, mesmo quando as raparigas ainda não atingiram maturidade para o casamento e para a gravidez ou para assumirem a responsabilidade de serem esposas e mães.

Para o autor supracitado, a pobreza limita as oportunidades de educação e contribui para a falta de perspectiva de futuro. A pobreza aumenta a pressão familiar para o CP, bem aceite no ambiente social local.

As abordagens apresentadas pelos autores atrás citados, respondem ao problema levantado, ao apontar de forma coincidente a questão de pobreza e de sócio-culturais como sendo as causas de promoção de casamentos prematuros em crianças menores de 18 anos de idade e, por outro lado, se considera como desafio para a sociedade.

2.2.3 Consequências psicológicas de casamento prematuro

Segundo Mariutti & Furegato (2010:41) as raparigas submetidas ao casamento precoce “experimentam sentimentos de culpa, impulsos suicidas, perda de fé e baixa autoestima, interpretações negativas”.

Segundo os autores supracitados as principais consequências da casamento precoce identificadas foram: a impossibilidade de completar a função da adolescência; os conflitos familiares; o adiamento ou comprometimento dos projectos dos estudos; menor oportunidade de qualificação profissional, com óbvios reflexos para as oportunidades de inserção posterior no mundo do trabalho; impossibilidade de estabelecer uma família com plena autonomia, autogestão e projecto de futuro e dependência financeira absoluta da família.

Além disso, a gravidez não planeada na adolescência tende a estar associada à desorganização familiar, pobreza, desemprego, falta de esperança no futuro e a um ciclo de interrupção da instrução escolar e da não realização profissional, com marginalização social das mães (Machado e Paula, 1996).

UNICEF (2016:26), explica que o casamento prematuro em Moçambique:

faz com que muitas meninas abandonem a casa dos pais. Os fenómenos da gravidez indesejada e das graves doenças que podem levar à morte fazem com que as crianças fiquem limitadas para continuar com os seus estudos. Em vez de dedicar o seu tempo à escola e às brincadeiras, assumem o seu novo papel social, o de esposa, sendo que dificilmente conseguem progredir

Para a fonte atrás citada considera o casamento prematuro como sendo um dos principais motivos que leva a rapariga a abandonar os estudos, quer por estar grávida ou por ter cumprir que as obrigações caseiras.

Sitoe (2017), aborda o tema em estudo onde inclui o contexto de gravidez precoce, da seguinte forma:

que apesar de gravidez precoce ocorrer principalmente na sequência do casamento prematuro, também pode ocorrer fora do casamento. Muitos casos de gravidez são resultantes de violações e abuso sexual na escola, na comunidade e até em casa. A gravidez precoce, especialmente até aos 16 anos de idade, apresenta riscos físicos, psicológicos e sociais, por vezes graves.

Ainda o autor supracitado explica que as oportunidades, no caso de gravidez precoce, das mães adolescentes morrerem devido as complicações durante a gravidez são altas, podendo haver parto prematuro, anemia, tensão arterial elevada ou fístula para além de poder contraírem infecções sexualmente transmissíveis. Os bebés que nascem de uma mãe adolescente têm maior risco de desenvolver a desnutrição.

Por outro lado, segundo a fonte citada atrás, devido ao abandono escolar, a mãe por vezes não tem a escolaridade adequada para conseguir um bom trabalho, o que aumenta a probabilidade de a família viver na pobreza.

2.3 Marco Teórico

2.3.1 Teoria de Base

2.3.2 Teoria de Representações Sociais de Moscovici

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida pelo psicólogo social Serge Moscovici, busca compreender como os indivíduos e grupos sociais constroem e compartilham significados sobre o mundo ao seu redor. Essas representações funcionam como forma de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, que orientam a percepção, o pensamento e o comportamento dos membros de uma sociedade, (Jodelet, D. 2005).

2.3.3 Casamento prematuro no contexto de representações sociais

Estudos realizados sobre casamento prematuro no contexto de representações sociais, indicam haver percepções segundo as quais os ritos de iniciação são como conjunto de certos comportamentos, individuais ou colectivos, com carácter repetitivo e forte carga simbólica para os intervenientes e testemunhas.

Neste contexto, a carga simbólica caracteriza-se pela aquisição do estatuto de adultos, independentemente da idade fisiológica da jovem, a iniciação feminina, consolida saberes construtores da identidade de género e de identidades sexuais discriminadas que se traduzem, a nível individual, na preparação de papéis de género para a vida conjugal.

Esta prática, considerada por diversos autores como promotora de casamentos prematuros e consequentes casos de gravidez precoce e de abandono escolar, começa a ser percebida como um problema social na medida em que se entende que violam os direitos humanos e legais da criança e da mulher.

Alinhado, exclusivamente, a abordagem supracitada, a teoria de representação social, pode-se considerar enquadrada ao tema a estudar, pois, as Representações Sociais são modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que têm como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e familiarizando com o estranho de acordo com categorias de nossa cultura, por meio da ancoragem e da objectivação.

Ancoragem assim, é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objectivação é a transformação de um conceito abstracto em algo tangível.

2.4 Marco Referencial

2.4.1 Casamento prematuro uma abordagem moçambicana

O casamento prematuro tem influência directa e negativa no desenvolvimento do capital humano e no desenvolvimento sustentável, comprometendo o alcance das metas traçadas pelo país na redução da pobreza e na melhoria do desenvolvimento social.

Estudo realizado em Moçambique por Maria José Artur (2010) com o tema: Casamentos Prematuros em Moçambique: Análise das Tendências e Estratégias para sua Eliminação, os resultados mostram a necessidade de ser encarada como uma responsabilidade colectiva. Entretanto, o estudo recomenda o desenvolvimento de acções que tem em vista a prevenção de casamento prematuro por meio do empoderamento das raparigas em risco, através da melhoria do acesso a educação primária e secundária de qualidade, habilidades para a vida, criação de espaços de diálogo e redes sociais seguras dentro das famílias e das comunidades e criar oportunidades de diálogo construtivo com os líderes religiosos e comunitários, com os anciãos e matronas, incluindo a mobilização social de rapazes e raparigas para se tornarem os principais advogados desta mudança.

2.4.2 Causas e consequências do casamento infantil no Brasil

Estudo lançado pela Plan International no Estado de São Paulo – Brasil, em 2018, com o tema: causas e consequências do casamento infantil no país indica que o início da vida conjugal é problemático para as meninas e adolescentes e concorre com outros direitos, como a educação. De igual modo é forçado, pois ressalta as desigualdades estruturais que propiciam essa realidade para meninas no mundo todo, estando bem longe de ser uma escolha, ao levar-se em conta as baixas perspectivas que elas têm, segundo explica a directora-executiva da Plan International Brasil, Cynthia Betti.

De acordo com o estudo apresentado, as consequências mais directas do casamento infantil são a gravidez precoce, o abandono escolar e a perpetuação do ciclo de dominação e reprodução das desigualdades de género. As meninas são afectadas pela intensificação do trabalho doméstico e com a entrada precária ou tardia no mercado de trabalho. Outras consequências são a violência doméstica, o despreparo emocional e psíquico, a perda de liberdade e mobilidade e a limitação dos projetos de vida.

2.4.3 Consequências da gravidez precoce em Nampula

Estudos realizados por Nelson Carvalho (2014), com o tema, consequências da gravidez precoce em Nampula, indicam Moçambique que, muitas raparigas são obrigadas a casar antes dos 18 anos, principalmente na província de Nampula. Assim sendo, o índice de gravidez precoce também é elevado, segundo o inquérito demográfico de 2013.

Estudo adianta que mais de dois mil casos de fístulas obstétricas são notificados no país, com maior incidência na província de Nampula, devido aos casamentos na adolescência, segundo dados divulgados na semana finda pelo Programa Acção para a Rapariga (PAR).

O Programa refere que uma em cada duas meninas contrai matrimónio antes de completar 18 anos e cerca de 40% das grávidas, algumas das quais com graves complicações, surgem em raparigas com idades entre 12 e 15 anos de idade.

Esta situação tem deixado graves traumas e compromete a vida futura de muitas raparigas que são obrigadas a casar na sua idade de desenvolvimento, psico-motor e físico. Aliás, este problema além de provocar o aumento de doenças de transmissão sexual, faz com que muitas raparigas interrompam a sua formação académica por capricho de alguns cidadãos.

2.4.4 Mutilação Genital Feminina vs Ritos de Iniciação

A mutilação genital feminina, é uma outra face de ritos de iniciação. Assim, na Guiné-Bissau, estudos realizados por Manuel Ribeiro (2015, indicam que há quatros anos o governo da Guiné-Bissau aprovou a lei que proíbe a Mutilação Genital Feminina (MGF). No entanto ainda é praticada pela população de maioria muçulmana por acreditar que a excisão é uma bênção islâmica.

Em 2006, os líderes islâmicos anunciaram a Fatwa do Cairo, que diz que “a mutilação genital feminina é incompatível com o Islão” e que deve ser adoptada pelos altos representantes do Islão de vários países.

Três anos mais tarde, em 2009, uma nova Fatwa declara a Mutilação Genital Feminina (MGF) como “não permitida e ilegal”. Em 2012 foi denominada de “obra do diabo”. Apesar de todas as iniciativas que várias organizações, tanto locais como internacionais, têm vindo a promover no sentido de se acabar com a Mutilação Genital Feminina, a excisão continua a ser posta em prática, embora clandestinamente. Mesmo as acções levadas a cabo pelos líderes religiosos muçulmanos e pelo governo da Guiné-Bissau que tornou a prática ilegal desde 2011, a polícia é incapaz de impedir que centenas de crianças do sexo feminino sejam submetidas ao “fanado” - excisão do clítoris. "As autoridades sabem que são organizados esses fanados, segundo Ribeiro, todas as conversas desenvolvidas com os juristas e especialistas do Ministério da Justiça conclusão foi que a lei existe mas não há um mecanismo eficaz para pôr a mesma em execução.

2.4.5 Casamentos precoces em Angola

Estudo realizado pela UNICEF (2019), com o tema: casamento prematuro, a organização mostrou-se preocupado com o elevado número de casamentos precoces em Angola. Durante o estudo “Jango Casamento Infantil”, também o Instituto Nacional da Criança (INAC) admitiu que a realidade do país aponta para uma situação grave, envolvendo crianças entre os 11 e os 15 anos.

Embora seja um problema preocupante, as instituições admitem não ter dados concretos sobre o número de casos em Angola, baseando-se apenas nas informações fornecidas pelas maternidades.

Ana Patrícia Silva, da UNICEF Angola, refere que este problema está muito associado a práticas culturais e à pobreza que assola o país.

Este fenómeno ocorre tanto em zonas rurais como urbanas em Angola. A especialista destacou que nas zonas rurais, “a adolescente é motivada, muitas vezes pelos próprios pais, a casar, e considera que tendo uma relação com um homem mais velho isso lhe vai dar alguma segurança económica no futuro. No entanto, a criança fica evidentemente vulnerável perante o marido, que pode ser 10 ou mais anos mais velho. Os rapazes também estão sujeitos a este fenómeno, mas atinge essencialmente as meninas.”

Capítulo III

3. Metodologia

Segundo Gil (2000:4), metodologia é o processo que compreende os seguintes passos: observações preliminares, formulação do problema, fundamentação teórica, amostragem, instrumentos, colecta e organização de dados, análise, inferências e conclusões.

Marconi e Lakatos (2001:25), define o método como estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

3.1 Tipo de Pesquisa

3.1.1 Quanto a abordagem

Para a realizar este estudo foi usada a abordagem qualitativa. Pois segundo Minayoetta (2004), trabalha com universo de significados, motivações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundos das relações, dos processos e dos fenómenos.

3.1.2 Quanto aos objetivos

Foi Realizada uma pesquisa descritiva. Segundo Oliveira (2011:27) citado por Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal, a descrição das características de determinada população ou fenómeno de relações entre variáveis.

3.1.3 Quanto a natureza

O estudo foi centrado numa pesquisa aplicada em virtude de o fenómeno a estudar enquadrar-se nas ciências sociais e pretender abordá-lo com vista a gerar conhecimento e consequentemente, apresentar proposta que visa trazer soluções possíveis ao problema levantado.

3.1.4 Quanto aos procedimentos

No contexto de procedimentos, desenvolveu-se um estudo de caso, bem como a revisão bibliográfica, concretamente a consulta livros, artigos científicos, revistas oficiais) disponíveis.

O estudo de caso, segundo Yin (2001), é uma investigação empírica focalizada em fenómenos contemporâneos dentro do seu contexto da vida, especialmente quando os limites entre o fenómeno estão claramente definidos.

3.2 População e Amostra

3.2.1 População

Yin (2005:34) define a população como um conjunto de elementos que possuem determinadas características. Para o efeito deste estudo foram seleccionados 35 elementos.

3.2.2 Amostra

Para Marconi e Lakatos (2001), a amostra é um subconjunto de elementos da população da qual são recolhidas informações dos sujeitos a estudar. Assim, a amostra escolhida de forma aleatória foi de 10 elementos, dos quais, 05 raparigas vítimas de casamento prematuro, 3 profissionais de saúde em serviço na Unidade Sanitária de Inhassunge Vila e 2 líderes comunitários.

3.2.3 Tipo de amostragem

Para a presente pesquisa foi usada uma amostragem não probabilística por conveniência, em virtude de permitir a participação de todos os intervenientes no estudo. Segundo Gil (1999), a amostragem não probabilística por conveniência oferece ao pesquisador arbitrar ou decidir quais serão os elementos a serem incluídos na amostra.

3.3 Técnicas e Instrumentos de colecta dos dados

Foram usados como técnicas e instrumento de colheita de dados, a entrevista não padronizada, questionário e a observação.

3.3.1 Entrevista

Segundo Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de colheita dos dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Ela se considera ser adequada para obtenção de informações sobre a interpretação que o sujeito faz sobre o fenómeno a estudar. Para este estudo foi usada a entrevista despadronizada, em virtude de as suas perguntas serem abertas

3.3.2 Questionário

Um questionário de pesquisa é um documento que contém uma série de perguntas, que podem ser fechadas (com opções de resposta pré-definidas) ou abertas (onde os respondentes podem fornecer respostas livres). A elaboração do questionário deve considerar aspectos como clareza, relevância e objectividade, garantindo que as perguntas sejam compreensíveis e que as respostas possibilitem uma análise eficiente.

3.3.3 Observação

É uma técnica de colheita de dados e utiliza os órgãos de sentido na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar, (Lakatos e Marconi 1992).

3.4 Procedimentos Administrativos de Seleção de Amostra

A realização do estudo iniciou depois da elaboração do projecto, seguidamente, submetido ao Comité Científico do Instituto Superior da Humanidades, Ciências e Tecnologias para avaliação e posterior aprovação.

O aspecto não menos relevante neste processo é de o projecto acima referido ser submetido aos Serviços Provinciais de Saúde seguidamente ao Comité Institucional da Bioética Provincial

O processo de levantamento de dados iniciou com identificação das raparigas de 12 a 17 anos de idade que viveram/vivem episódios do casamento prematuro e, posteriormente, a escolha do respectivo tema. Na sequência, foi respeitado o termo de consentimento livre e, depois, foram informadas as raparigas em alusão.

3.5. Tipo de Amostragem

Para este trabalho foi usada uma A amostragem não probabilística, segundo Gil (2002), é “aleatória usada para criar amostras de acordo com a facilidade de acesso. Tendo em conta a disponibilidade de pessoas para fazer parte do estudo em determinado intervalo de tempo”.

3.5.1 Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão:

- Ser rapariga de 12 a 17 anos de idade com episódio de casamento prematuro;
- Ser profissional de saúde que lida com casos de casamento prematuro;
- Ser residente da Vila de Inhassunge;
- Aceitar participar na pesquisa.

Exclusão:

- Não ser rapariga de 12 a 17 anos de idade com episódio de casamento prematuro;
- Não ser pai ou educador de rapariga de 12 a 17 anos que vive casamento prematuro;
- Não ser profissional de saúde que lida com casos de casamento prematuro;
- Não ser residente da Vila de Inhassunge;

- Não ser aceite a participar na pesquisa.

3.5.2 Variáveis sócio-demográficas

Nas variáveis sócio-demográficas, foram utilizados os seguintes factores: idade, estado civil, nível académico e ocupação profissional.

3.5.3 Variáveis de estudo

As consequências psicossociais do casamento prematuro em raparigas de 12 a 17 anos de idade.

3.6 Processamentos, análise e interpretação dos dados

Os dados da presente pesquisa, foram analisados e processados usando o método de análise pré-estabelecido, que permitiu o estudo da interação entre os seres humanos, alinhando o conteúdo das mensagens através dos dados das entrevistas realizadas aos adolescentes/jovens com casos de consumo de bebidas alcoólicas, junto o guião de entrevista e a síntese dos resultados obtidos.

Neste processo os adolescentes e jovens foram apresentados a pesquisadora e, seguidamente informados sobre objectivos da pesquisa e solicitados a participar no estudo.

3.7 Procedimentos e considerações éticos

Por se trata de um estudo que envolve seres humanos, considerados os preceitos éticos para investigação científica, a participação neste estudo foi de livre vontade, não havendo nenhum risco ou desconforto dos participantes. O consentimento livre foi observado e obtido por meio de uma ficha cujo o conteúdo foi lido diante dos participantes. Seguidamente foi entregue o questionário depois de devida explicação, sobre os objectivos de estudo bem como os benefícios que representa. Foi explicado a confidencialidade e anonimato dos participantes do estudo.

Capítulo IV

4. Apresentação dos dados recolhidos

A apresentação de dados constituiu uma das etapas de pesquisa onde se fez a interpretação dos resultados das percepções de cada actor que participou na pesquisa, facto que permitiu dar conclusão geral da realidade decorrente. Os entrevistados foram codificados de seguinte modo:

R1 ...R2 significando Rapariga um (1) e dois (2), sucessivamente;

Ps1...Ps2, decifrado em Profissionais de Saude um (1) e, 2, sucessivamente; e Lc1...Lc2, que significa autoridade comunitaria um (1) e (2), sucessivamente.

4.1 Características sócio-demográficas de raparigas da pesquisa

Tabela 1

Nr ordem	Raparigas	Idade	Nível de Escolaridade	Estado Civil	Ocupação
01	R1	17 anos	7ª Classe	Casada	Camponesa
02	R2	14 anos	6ª Classe	Casada	Camponesa
03	R3	16 anos	7ª classe	Casada	Camponesa
04	R4	15 anos	-	Casada	Camponesa
05	R5	16 anos	5ª classe	Casada	Camponesa

Fonte: Autora/2024

A tabela 1 retrata a faixa etária das participantes, onde se verifica que todas estão abaixo de 18 anos de idade. Vivem maritalmente com parceiros.

Relativamente, ao nível de escolaridade, das cinco entrevistadas, constatou-se que duas tinham nível de escolaridade primário de 7ª classe, duas, respectivamente, 6ª e 5ª classe e uma, sem escolaridade. Todas são camponesas.

4.2 Características sócio-demográficas Profissionais de saúde

Tabela 2

Nr ordem	Código/Função	Nível acadêmico	Idade	Estado Civil	Género
01	Psicólogo Clin	Licenciatura	36 anos	Solteiro	Masc
02	Psicólogo Clinc	Licenciatura	27 anos	Solteiro	Masc
03	Enfermeira	Médio Prof	24 anos	Solteira	Femin

Fonte: Autora/2024

A tabela 2 apresenta o perfil social e profissional, onde o nível literário é de Licenciatura e médio profissional, que corresponde a 2 Psicólogos Clínicos e 1 enfermeira. Todos são solteiros e as idades são 24, 27 e 36 anos. Dois de género masculino e um feminino.

4.3 Características sócio-demográficas das autoridades Comunitárias

Tabela 3

Nr ordem	Código	Ocupação	Idade	Estado Civil	Género
01	Líder Comunitária	Camponesa	38 anos	Casada (a)	Feminino
02	Líder Comunitário	Camponês	40 anos	Casado (a)	Masculino

Fonte: Autora/2024

Apresente tabela retrata a ocupação dos participantes na comunidade, ostentando o posto de autoridade comunitária, e camponeses. A idade é de 38 anos para a mulher e 40 anos para o homem. Vivem num casamento de usos e costumes.

4.4 Questões e respostas das raparigas entrevistadas

Questão 1 – Como sentiu quando foi viver na casa do seu parceiro pela primeira vez como dona de casa?

R1 – “Senti-me bem porque os meus sogros vieram me levar para a casa deles porque eu estou grávida”; R2 – “Senti me nos primeiros dias como eu não sabia, mas depois de um mês

minha sogra começou a me levar todos os dias para machamba e daí comecei a passar mal porque não habituava a ir a machamba”;

R3/4 – “Me senti mal porque eu não sabia como seria e o que iria acontecer”;

R5 – “Primeiramente vez quando fui a casa do meu marido eu tinha medo porque não tinha habituado a família dele e sentia vergonha”.

As respostas das participantes quanto a esta questão, manifestam entre desconhecimento do facto e um pouco de emoção temporária.

Questão 2 – Se não tivesse casada com a sua idade o que pensava em fazer?

R1/2,4 e 5 – “Se não tivesse me casada com esta idade iria continuar a estudar”;

R3 – “Se não tivesse casada com esta idade eu queria estudar para fazer qualquer curso e ajudar minha mãe”;

Para esta questão as respostas convergem, pois todo o desejo é de estudar.

Questão 3 – Quais são as causas que ti levaram a casar cedo?

R1 – “As causas de casar cedo foi através de gravidez, pois quando percebi estava grávida, não tinha como, assim juntei-me a um homem mais velho que a minha idade”;

R2 – “É por falta de condições quando os meus pais morreram, fiquei sem ninguém para ajudar. Vivía com a minha tia a qual não permitia ir escola, senão trabalho machamba”;

R3/4 – Fiquei sem condições de ir a escola por morte do meu pai”;

R5 – A causa de casar cedo porque fui obrigada por meu pai. Ele trouxe um jovem em casa e disse que pudesse casar porque ele não tem condições de me alimentar”;

As participantes apontam como causas que provocaram casamentos prematuros dificuldades financeiras para suportar a escola, por um lado, cumprir ordens dos progenitores, por outro”;

Questão 4 – Que experiência tem em relação a união forçada?

R1 – “A experiência para me, tem sido difícil porque tenho que cuidar da casa e fazer todo o trabalho de casa sozinha”;

R3 – “A experiência que tenho de união forçada é de arrependimento”;

R4 – “A experiência que tenho é de cuidar o meu marido, e cuidar de casa”;

R5 – “Aprendi ser responsável, cuidar o marido e de casa e fazer machamba”;

As raparigas entrevistadas, visivelmente estão agastadas, por isso as suas respostas não são coerentes que divergem em situações de arrependimento ou ao acolhimento precoce de experiências da vida de uma mulher casada.

Questão 5 – Quais são as suas ideias da vida, assim que achar-se livre de casamento prematuro e conselhos a transmitir as amigas?

R1 – “Sonho, assim que ser livre de casamento prematuro, continuar com os meus estudos depois de ter o meu filho. Aconselho as amigas primeiro casar depois pode casar”;

R2 – “Se tiver condições queria voltar a estudar com as minhas amigas, porque quero ser professora. Aconselho as amigas que primeiro devem estudar”;

R3 – “A ideia que tenho, se tiver possibilidades, iria continuar com os meus estudos”;

R4 – “Continuar a estudar depois arranjar emprego para ajudar os meus irmãos. Amigas, primeiro é estudar”;

R5 – “Ideia que tenho, se o tempo voltasse para atrás, eu queria continuar a estudar. Amigas aconselho vos para primeiro estudar”;

De forma uníssona as raparigas respostas dadas convergem, pois o desejo é de poder voltar a estudar com vista a ajudar aos seus dependentes e, lançam apelo para as outras raparigas, para na sua vida investir na priorização das escola.

4.5 Questões e respostas dadas por profissionais de saúde envolvidos na entrevista

Questão 1 – Qual é a opinião que tem sobre casamentos prematuros?

Ps1 – “Na minha opinião os casamentos prematuros devem constituir uma grande preocupação de toda a sociedade, investir no seu combate, pois existência deles contribui para a pobreza e dependência económica”;

Ps2 – “A opinião que tenho sobre casamentos prematuros é uma violação dos direitos humanos e podemos chamá-los de uniões forçadas”;

Ps3 – “A opinião relacionada ao casamento prematuro é que caracteriza como um mal social que afecta as raparigas retardando o seu progresso escolar e psicológico”;

Nota-se sentimento desta classe que mostra sobre a necessidade de realização de acções robustas de sensibilização às famílias (pais), que contribuam na mudança de comportamento positivo face aos episódios de casamento prematuro por constituir problema para a sociedade.

Questão 2 – Quais tem que sido as causas percebidas sobre casamentos prematuros?

Ps1 – “As causas principais de casamentos prematuros são, a pobreza que levam a família a pensar que casamento prematuro seja solução para aliviar-se da carga familiar (escola) ”;

Ps2 – “A causas percebidas quanto aos casamentos prematuros são: a pobreza, orfandade, baixo nível de escolaridade falta total de informações”;

PS3 – “A causa percebida quanto as uniões forçadas focaliza-se pela falta de condições financeiras na família da vítima fazendo com que ocorra actos de submissão a este acontecimentos.

As causas percebidas quanto ao fenómeno de uniões forçadas, resumem-se em alto nível de pobreza, baixa escolaridade, perda de progenitores, ainda a imposição dos pais para as raparigas casarem cedo.

Questão 3 – Como tem sido a qualidade de vida das raparigas com casos de uniões prematuras?

Ps1 – “Tem sido negativo, isto porque, uma vez casadas muitas delas são forçadas a abandonar a escola para cuidar dos filhos e do seu cônjuge. Enfrentam sérios riscos de saúde’:

Ps2 – “A qualidade de vida das raparigas vivendo em casamentos prematuros, abandonam a escola, futuro comprometido, exclusão social, risco de infecções, gravidez indesejada e fistula obstétrica”;

Ps3 – “A qualidade de vida das raparigas não é favorável na sua maioria. São cortados vários privilégios sociais e com gravidezes de riscos e desnutrição das mesmas”;

Os entrevistados entendem que a qualidade de vida apresenta situações de risco, dado que são frequentes os casos de gravidezes indesejada com impacto emocional negativo, infecções, bem como a desnutrição para as vítimas e as crianças recém nascidas.

Questão 4 – Qual tem sido a contribuição das autoridades de saúde com vista a reduzir os casos de casamento prematuros?

Ps1 – Com vista a redução de casos de casamentos prematuros a saúde e as autoridades vem desenvolvendo acções combinadas na promoção dos direitos e do bem estar reprodutiva, tais como a educação sexual para capacitar as meninas e sua família em relação a sua vida, apoios psicológico e social, advocacia e politicas públicas.

Ps2 – “Campanha de sensibilização, programas de resgate de meninas em situação da vida marital precoce”;

Ps3 – “Tem sido a contribuição das autoridades: realização de palestras educativas nas escolas e nas comunidades; realização de consultas integradas envolvendo técnicos de saúde e psicólogos”.

Os participantes a pesquisa percebem que para fazer face ao fenómeno a realização de palestras comunitárias e de acções holística, por um lado, poderão vir contribuir na sua redução. Por outro investir nas campanhas de sensibilização para resgatar as raparigas em situação de vida marital, pode vir a ser outra estratégia.

4.6 Questões e respostas dadas por líderes comunitários envolvidos na entrevista

Questão 1 – Na sua opinião quais são as causas que se associam aos casamentos prematuros?

Lc1 – “As causas são a pobreza e orfandade”;

Lc2 – Falta de condições, apoio familiar, falta de escolaridade, casos de orfandade e falta de entendimento na família

As autoridades comunitárias locais falam de problemas de pobreza, orfandade bem como a falta de dialogo entre os membros da família, estejam a arrastar as raparigas a casamentos precoces.

Questão 2 – O que está errado sobre o casamento prematuro?

Lc1 – “Falta de maturidade. Elas ainda não estão preparadas para ter um casamento, porque é cedo demais para enfrentar essa responsabilidade”;

Lc2 – “Porque elas não estão ainda preparadas. Pode acontecer doenças para as mesmas”;

Para esta questão os entrevistados emitiram opiniões, segundo as quais a imaturidade seja um dos factores principais para ocorrência de problemas associados a casamentos prematuros.

Questão 3 – Como se pode prevenir as práticas de casamento prematuros?

Lc1 – “Prevenimos através de aconselhamento, reuniões e apoio social”;

Lc2 – “Devemos prevenir através de diálogo familiar e comunitário e religioso”;

A prevenção deste mal social, segundo as autoridades local estudada, passa pela realização de acções de aconselhamento, reuniões bem como o apoio social.

Questão 4 – Aponte as consequências sociais e Psicológicas que esta prática podem trazer tanto nas famílias quanto nas raparigas envolvidas?

Lc1 – “Empobrecimento, maior índice de mortalidade nas maternidade e contaminação as doenças oportunistas, por um lado. Isolamento, irritação, viver zangada.

L2 – “Arrependimento porque ela não entende os motivos de ter se casado cedo”.

A fonte aponta casos notáveis de isolamento, irritação, a arrependimento como sinais que estejam associados à consequências sócias e psicológicas.

Capítulo V

5. Discussão dos resultados

Baseando-se nos objectivos estabelecidos para a presente pesquisa, neste capítulo foram analisadas os principais factores que propiciam aos casamentos prematuros em raparigas de 12 à 17 anos de idade, Vila do Distrito de Inhassunge de 2023 à 2024, Província da Zambézia.

A discussão dos resultados foi feita de forma separada, isto é, apresentou-se a discussão referente aos resultados das entrevistas feitas as raparigas, em número de 5 envolvidas em casamentos prematuros, residentes nas comunidades periféricas da Vila de Inhassunge. Seguidamente, foi a apresentação e discussão dos resultados dos profissionais de saúde em numero de 3 e 2 participantes, respectivamente, quanto as suas percepções.

Os dados colectados, através de questionário com perguntas e respostas abertas, sugerem ter-se proporcionado conhecimento sobre o tema casamentos prematuros, seus factores, bem como as estratégias a adoptar para a contenção do fenómeno estudado.

Os resultados do estudo mostram haver desconhecimento sobre o impacto social de inicio cedo de ter parceiro, pois, a manifestação de satisfação temporária, transforma-se em tragédia, dada as exigências que impõem a vida conjugal precoce. Assim, a fonte, face a nova realidade, encontra como resposta o arrependimento, por conseguinte, necessidade de retorno a escola.

Noutra perspectiva, os resultados indicam haver necessidade de realização de acções mais robusta de sensibilização das famílias, em virtude de estas constituírem, maiores protagonistas para o surgimento de casamentos prematuros nas comunidades, apesar de factores como perda de vida de um dos progenitores, constituir, também uma realidade a ter em conta.

Os cenários atrás apontados consubstancia estudos realizados por Mariutti & Furegato (2010:41), indicam que as raparigas submetidas ao casamento precoce experimentam sentimentos de culpa, impulsos suicidas, perda de fé, baixa auto-estima e interpretações negativas.

Segundo Mariutti & Furegato (2010:41) as raparigas submetidas ao casamento precoce “experimentam sentimentos de culpa, impulsos suicidas, perda de fé e baixa auto-estima, interpretações negativas”.

Segundo os autores supracitados, as principais consequências da casamento precoce identificadas foram: a impossibilidade de completar a etapa da adolescência; os conflitos

familiares; o adiamento ou comprometimento dos projectos de estudos; menor oportunidade de qualificação profissional, com óbvios reflexos para as oportunidades de inserção posterior ao mundo do trabalho; impossibilidade de estabelecer uma família com plena autonomia, autogestão e projecto de futuro e dependência financeira absoluta da família, entre outros factores.

Relativamente as causas percebidas sobre casamentos prematuros, colheu informações dos participantes segundo as quais, as causas associam-se ao alto nível de pobreza, baixa escolaridade, morte de progenitores, ainda a imposição dos pais para as raparigas casarem cedo, por acharem que já tinham idade para tal ou, a alegação de não possuírem condições matérias de sustento.

Sobre a qualidade de vida das raparigas vítimas de uniões precoces, os resultados indicam que a qualidade de vida apresenta situações de risco, dado que são frequentes os casos de gravidezes indesejada com impacto emocional negativo, infecções, bem como a desnutrição para as vítimas e as crianças recém-nascidas.

A vontade de voltar a escola os resultados encontrados mostram que a maioria das inqueridas indica ter o desejo de poder voltar a estudar com vista a ajudar aos dependentes e, lançam apelo para as outras raparigas, para que na sua vida procurem investir nos estudos.

O conforme estudos realizados por UNICEF (2016) o casamento prematuro constitui uma das razões que contribuem para a desistência escolar precoce da rapariga no ensino primário, e este facto tem consequências em cadeia, tais como, a maternidade infantil, analfabetismo feminino e perda de oportunidades no mercado de emprego por falta de competências profissionais, e afecta significativamente a qualidade de vida.

Na perspectiva de Siteo (2017), as causas da ocorrência dos casamentos prematuros ficam associados a vários factores, destacar: a pobreza, os factores socioculturais, especialmente os ritos de iniciação e a orfandade e a fraca difusão da legislação e das políticas públicas que protegem crianças contra.

O autor acima citado considera a pobreza como sendo o principal determinante para o surgimento de casamentos prematuros, pois, alguns pais promovem a ideia de suas filhas menores de 18 anos deixarem de frequentar o ensino primário para se casarem, normalmente, com um homem adulto, na perspectiva de obter um rendimento para as famílias e, esse género poderá aliviar as despesas, do seu agregado familiar.

Para dar suporte teórico desta pesquisa foi escolhida a teoria de representações sociais de Moscovici, que advoga que as representações sociais, no contexto de casamentos prematuros, sua percepções, haver uma carga simbólica demandada pela aquisição do estatuto de adultos, independentemente, da idade fisiológica da jovem, a iniciação feminina, que consolida saberes construtores da identidade de género e de identidades sexuais discriminadas que se traduzem, a nível individual, na preparação de papéis de género e para a vida conjugal.

Capítulo VI

6. Conclusão

A pesquisa procurou esclarecer o seguinte problema: quais são as causas que induzem as raparigas de 12 a 17 anos a iniciar uniões prematuras, na Vila do Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia?

Para dar resposta ao problema apontado foram realizadas entrevistas aos sujeitos participantes do estudo. Assim, nas respostas dadas desenham desafios, pois os valores culturais e pobreza impõem a necessidade de estabelecer estratégias que visam a sensibilização dos actores para considerar a escola como prioridade na gestão da família.

Relativamente as causas percebidas sobre casamentos prematuros, colheu informações dos participantes segundo as quais, as causas associam-se ao alto nível de pobreza, baixa escolaridade, morte de progenitores, ainda a imposição dos pais para as raparigas casarem cedo, por acharem que já tinham idade para tal ou, a alegação de não possuírem condições materiais de sustento.

Durante o estudo percebeu-se que o impacto de uniões precoces são destruidores, a tomar em conta que o fenómeno periga a saúde mental das raparigas e perpetua a pobreza e analfabetismo.

Tratando-se de um problema social, surge a necessidade de sua abordagem seja holística, porque o trabalho robusto com as famílias bem como as autoridades comunitárias vai ajudar as comunidades para a percepção do problema e de graves riscos que representa na sociedade, como fraco desenvolvimento, em todas as esperas, do distrito e comprometimento da rapariga face as oportunidades de emprego.

Na sequência, entende-se que o casamento prematuro é um fenómeno complexo com raízes profundas em factores culturais, económicos e sociais. Sendo assim, sugere-se que a luta contra o casamento precoce envolva a promoção da educação, a consciencialização sobre os direitos humanos e o fortalecimento de políticas que protejam os direitos das raparigas e garantam oportunidades para um desenvolvimento saudável e autónomo.

Na sequência, entende-se que para combater uniões prematuras como um mal social, é importante promover a educação sobre relacionamentos saudáveis, incentivar diálogos familiares e comunitários, e oferecer apoio psicológico, acções que devem ser acompanhadas

por campanhas que consciencialização sobre as consequências das uniões prematuras, além de facilitar o acesso a recursos de planeamento familiar e orientação profissional.

Face aos cenários atrás abordados, sugere-se o seguinte:

a) Para a família e Autoridades comunitarias

Dialogar em família e na comunidade, envolve criar espaços seguros para discussões abertas sobre relacionamentos e expectativas. Isso pode incluir palestras, grupos de apoio e eventos comunitários.

b) Profissionais de saúde

Disponibilizar apoio psicológico, pelos profissionais que ajudem a entender dinâmicas emocionais e sociais, por um lado, desenvolver programas que integrem diálogos com orientação psicológica, promovendo um entendimento mais profundo e saudável sobre uniões.

Oferecer papel fundamental na prevenção de doenças relacionadas a casamentos prematuros, principalmente através de:

- **Educação Sexual:** Promover programas de educação sexual que abordem a saúde reprodutiva, o consentimento e a importância de relacionamentos saudáveis.
- **Acesso a Serviços de Saúde:** Garantir que adolescentes tenham acesso a serviços de saúde, incluindo consultas médicas, contraceção e testes de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Referências Bibliográficas

Arthur, Maria José (2010:31). O casamento prematuro como violação dos direitos humanos. Um exemplo que vêm da Gorongosa..

Bassiano, V., & Lima, C. A. (2018:2). Casamentos prematuros: causas e consequências de abandono escolar e meninas com futuros destroçados. Imagens da Educação ,Vol 8.

Cardoso, I. C. B. de V. (2012). A equidade de género em Moçambique: a contribuição de Graça Machel. (Tese de Mestrado). Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas. Aveiro-Portugal.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Fundo das Nações Unidas para a População e Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros . (2015). Casamento Prematuro e Gravidez na Adolescência em Moçambique: Causas e Impacto. Maputo-Moçambique.

Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundo das Nações Unidas para a População (2016). Comunicado de imprensa da UNICEF e UNFPA contra os casamentos prematuros. Nova Iorque.

Fernandes, A. (2015). Situação dos casamentos prematuros em Moçambique. Comunicação apresentada na IV Conferencia Nacional sobre Mulher e Género. Fórum da Sociedade Civil, para o Direito da Criança (ROSC) Maputo-Moçambique

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projectos de pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2017). Como Elaborar Projectos de Pesquisa (6ª ed.). São Paulo: Atlas

Huggins, 2018. Impacto Social e Económico da Desnutrição Infantil no Desenvolvimento a Longo Prazo de Moçambique. Programa Mundial de Alimentação (PMA) e SETSAN. Maputo

Jodelet, D (2005). Loucuras e representações sociais. Petrópolis: Editora Vozes.

Knobel e Aberastury [Adolescência Normal](http://portalacademico.cch.unam.mx) - Porto Alegre: Artes, 1981 - portalacademico.cch.unam.mx

Lakatos&Marconi, M. A., E. M. (2001 e 2003). Fundamentos de metodologia de científica (5ª Ed). São Paulo: Atlas.

Matiutti, M.G.Furegato A.R.F. (2010) Factores protectores e de risco para depressão da mulher apos aborto. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v63 n 2 Marc/Abri.

Malhotra, et al (1996:14). Introdução da Pesquisa de Marketing. S. Paulo: pearson Prentice Hall.

Minayo M.C. de S. (2004). Pesquisa Social: Teoria. Método e Criatividade. Petropolis: Vozes Osório, C. Macuácu, E. (2013). Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género. Editora: Maria José Arthur. Maputo-Moçambique

Ministério Público (2018). Plan International Brasil. Estado de São Paulo

Oliveira, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.:

Prodanov, C.C.Freitas, E,C (2013), Metodologia do trabalho científico: Metodos e Tecnicas de Pesquisa do Trabalho Académico. 2ª Edição. Novo Hamburgp, Brasil

ROSC. (2019:22). Conferência Internacional Sobre a Educação da Rapariga. Maputo

Yin, R. K. (2001). Estudo de Caso. Planeamento e Métodos. 2ª Ed, Porto Alegre, Brasil

Sitoe, C. (2017). Casamentos Prematuros em Moçambique: Causas e Consequências da pobreza.

Apêndice

Termo de Consentimento Livre e Informado

Eu _____ aceito participar na pesquisa sob o Tema Consequências Psicossociais do Casamento Prematuro em Raparigas de 12 à 17 Anos de Idade, Vila do Distrito de Inhassunge de 2023 à 2024, Província da Zambézia. Para o efeito, fui informado atempadamente sobre os procedimentos a observar sobre a minha participação. Na sequência, recebi uma cópia deste termo de consentimento assim, aceito de forma voluntaria participar no presente estudo.

A investigadora

Participante

Luisa Luis Morais

Inhassunge, aos ____ / ____ / ____

Apêndice A

Guião de entrevista as raparigas vivem em casamento prematuro

Idade ___ anos

Género/sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade: () Básico () Médio () Bacharel () Licenciado () Outro

Tempo na função _____ anos

1. Como se sentiu quando foi a casa do seu marido pela primeira vez como a dona de casa?

2. Se não tivesse casada com essa sua idade que o que pensava fazer? _____

3. Quais são as causas que ti levaram a casar muito cedo?

_____ Que experiência tem em relação a união forçada?

4. Qual é o conselho que daria as suas amigas que quisessem casar com a mesma idade que casou?

5. Quais são os projectos ou ideias que tem na eventualidade dese libertar de casamento prematuro?

Apêndice B

Guião de entrevista aos profissionais de saúde

Identificação:

Código: _____.

Idade: _____

Bairro: _____ . Renda Familiar _____

Características socioeconómicas dos entrevistados:

Nível de escolaridade: _____.

Ocupação: _____.

Estado Civil _____.

Número de agregado familiar? _____.

Tem apoio familiar? () Não () Sim.

1. Qual é a opinião que tem sobre os casamentos prematuros?

2. Qual tem sido a causa percebida quanto ao casamento prematuro

3. Como tem sido a qualidade de vida das raparigas com CP?

4. Qual é a contribuição das autoridades de saúde com vista a redução de casos de CP

Apêndice C

Guião de entrevista Autoridades comunitárias

Idade ___ anos

Género/sexo: () Feminino () Masculino

Escolaridade: () Básico () Médio () Bacharel () Licenciado () Outro

Ocupação _____

1. Quais são as causas associadas ao casamento prematuro que você conhece?

2. O que está errado com o casamento prematuro?

3. Como se pode prevenir os actos de casamento prematuro?

4. Aponte as consequências psicossociais decorrentes de casamento prematuro?

Anexos